



Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da American Life Companhia de Seguros referentes aos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes relativos à auditoria das demonstrações financeiras e a auditoria atuarial. O ano de 2022, apesar de não representar o final da pandemia e suas consequências, foi marcado pela retomada do crescimento de prêmios emitidos na American Life, notadamente em Transportes-RCO e Viagem, além da entrada em novos segmentos como Riscos de Petróleo, Transporte Internacional e Riscos nomeados. A consolidação dos mencionados produtos associada às operações já em curso, permitem acreditar em novo ciclo crescimento para 2023. A política de investimentos se manteve conservadora; a quase totalidade dos recursos 96% foram mantidos em títulos públicos federais. A distribuição de dividendos acompanha o disposto na Legislação vigente e no Estatuto Social. A American Life Companhia de Seguros agradece aos seus Segurados, Corretores e demais parceiros de negócios e também à Superintendência de Seguros Privados SUSEP, a confiança depositada na Empresa, e aos nossos colaboradores pela dedicação e valiosas contribuições no desenvolvimento da Seguradora." São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. **A Diretoria**

Balanco patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 - Em milhares de reais				Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021 - Em milhares de reais (exceto o lucro por ação)			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				Passivo			
Circulante		375.170	303.344	Circulante		312.123	290.598
Disponível		12.303	4.769	Contas a pagar		6.775	2.647
Caixa e bancos	5	12.303	4.769	Obrigações a pagar	15.1	2.395	64
Aplicações	6	147.060	110.148	Impostos e encargos sociais a recolher	15.2	1.889	1.352
Créditos das operações seguros e resseguros		85.657	96.721	Encargos trabalhistas	15.3	976	870
Prêmios a receber	7.1	72.764	82.222	Impostos e contribuições	15.4	1.515	361
Operações com seguradoras	7.2	845	1.840	Débitos de operações com seguros e resseguros		91.599	141.274
Operações com resseguradoras	7.3	12.048	12.659	Prêmios a restituir		308	293
Outros créditos operacionais	8	192	188	Operações com seguradora		2.770	2.587
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9	102.576	66.437	Operações com resseguradoras	16	72.162	127.891
Títulos e créditos a receber		3.520	2.837	Corretores de seguros e resseguros	17	16.359	10.503
Títulos e créditos a receber		6	-	Débitos de terceiros		1.442	1.450
Créditos tributários e previdenciários	10.1.1	1.846	1.789	Provisões técnicas - seguros	19	212.307	145.227
Depósitos judiciais e fiscais		619	647	Danos		156.519	91.615
Outros créditos a receber	11	1.049	401	Pessoas		55.788	53.612
Outros valores e bens		24	16	Não circulante		172.353	154.862
Despesas antecipadas		10	16	Contas a pagar		142	156
Custo de aquisição diferido	12	23.828	22.212	Tributos diferidos	15.4	142	156
Seguros		23.828	22.212	Débitos das Operações com Seguros e Resseguros		3.452	3.110
Não circulante		156.045	184.787	Corretores de Seguros e Resseguros	17	3.452	3.110
Realizável a longo prazo		155.126	183.743	Provisões técnicas - seguros	19	167.114	150.672
Créditos das operações com seguros e resseguros		10.910	55.313	Danos		96.769	96.773
Prêmios a receber	7.1	10.910	55.313	Pessoas		70.345	53.899
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9	84.655	81.200	Outros débitos		1.645	924
Títulos e créditos a receber		3.155	1.964	Provisões Judiciais	20.1	1.645	924
Créditos tributários e previdenciários	10.1.1	3.133	1.910	Patrimônio líquido		46.739	42.671
Outros créditos a receber	11	22	54	Capital social	21.1	32.278	32.278
Custo de aquisição diferidos	12	56.407	45.267	Reservas de reavaliação	21.2	213	235
Seguros		56.407	45.267	Reservas de lucros	21.3	14.248	10.158
Investimentos	13	227	227	Total do passivo e do patrimônio líquido		531.215	488.131
Participações societárias		227	227				
Imobilizado	14	691	816				
Imóveis de uso próprio		541	576				
Bens móveis		150	240				
Total do ativo		531.215	488.131				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021 - Em milhares de reais

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	
Em 31/12/2020	32.278	256	2.402	9.327	-	44.263
Realização da reserva de reavaliação	-	(35)	-	-	35	-
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	-	14	-	-	(14)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(306)	(306)
Reversão de Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	737	-	737
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucro	-	-	-	(2.308)	2.308	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(2.037)	(2.037)
Em 31/12/2021	32.278	235	2.402	7.756	-	42.671
Saldo em 1º/01/2022	32.278	235	2.402	7.756	-	42.671
Realização da reserva de reavaliação	-	(35)	-	-	35	-
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	-	14	-	-	(14)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	6.831	6.831
Proposta p/distribuição do resultado						
Reserva Legal	-	-	342	-	(342)	-
Reserva de Lucro	-	-	-	3.747	(3.747)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(2.777)	(2.777)
Em 31/12/2022	32.278	214	2.744	11.503	-	46.739

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações 31/12/2022 e de 2021 - Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A American Life Companhia de Seguros ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar nos ramos de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, podendo ainda participar de outras sociedades, conforme definido na legislação em vigor. Sua composição acionária se dá de 99,9% de ações de Sr. Pedro Pereira de Freitas e 0,1% de ações destinadas ao Sr. Paulo de Oliveira Medeiros e Francisco de Assis Fernandes. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, de 12/11/2021, e alterações posteriores. A emissão das demonstrações financeiras da Seguradora foi autorizada pela Administração em 28/02/2023. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação ao valor justo de ativos financeiros na categoria "avaliados ao valor justo através do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2. Conversão de moeda estrangeira:** (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. (b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira: As transações denominadas em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias e outros ativos de curto prazo com vencimento original de três meses ou período menor, de alta liquidez e com baixo risco de variação ao valor de mercado. **2.4. Ativos financeiros:** **2.4.1. Classificação e mensuração:** Os ativos financeiros no reconhecimento inicial são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, e que determinará o método de mensuração e a forma de reconhecimento dos ganhos ou perdas dos ativos. Os ativos financeiros apresentados como "Valor justo por meio do resultado" são ajustados na data do balanço pelo seu valor de mercado. (a) **Ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio do resultado:** Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado no momento inicial de sua aquisição. Apenas os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia é a negociação ativa e frequente estão classificados nesta categoria e a contabilização dos ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado. (b) **Recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Ativos de resseguros" e "Demais contas a receber". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e são avaliados por impairment (recuperação) a cada data de balanço. (c) **Determinação do valor justo dos ativos financeiros:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referências ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **2.4.2. Compensação de ativos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados, substancialmente, de forma segregada no balanço patrimonial da Seguradora. **2.5. Impairment (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros:** (a) **Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo recebíveis):** Os ativos classificados nesta categoria, após seu reconhecimento inicial, são avaliados pela Seguradora a cada data de balanço e havendo evidência objetiva de perda por impairment, é efetuado registro no resultado do período. No que se refere aos prêmios de seguros de danos e pessoas e créditos junto a resseguradoras, a provisão para redução ao valor recuperável é apurada considerando o critério definido no artigo 138 da Circular SUSEP nº 648/2021, o estudo elaborado considera histórico de perdas e os riscos de inadimplência, a base de dados utilizada contempla todos os prêmios a receber oriundos de seguros diretos, não há exclusão de nenhuma parcela em aberto, seja ela de: "prêmios a receber relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas" conforme evidência o artigo 138 da circular supracitada. Desse modo, o estudo em questão e todo o seu desenvolvimento, através dos percentuais estabelecidos para o "Gross Provision Factor" contemplam a totalidade de valores a receber pela seguradora e créditos junto a resseguradoras. (b) **Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros que apresentam vida útil indefinida são testados por impairment anualmente. Para os demais ativos não financeiros, o teste é realizado se houver indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por impairment é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável através da venda ou uso. Para a identificação da necessidade de realização do teste de impairment alguns aspectos são analisados pela administração, tais como: diminuição acima do esperado do valor de mercado de um ativo; mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade que tenham ocorrido durante o período em análise; mudanças nas taxas de juros de mercado ou de retorno sobre investimentos; evidência de obsolescência ou de dano físico de um ativo; dentre outros. O teste é feito agrupando-se os ativos nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment antes do final do período. **2.6. Avaliação de contratos de resseguro:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores, sendo avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro. **2.7. Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, veículos, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso próprio é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data da preparação das demonstrações financeiras. Após estudo da vida útil dos ativos, concluiu-se que as taxas de depreciação não diferem, substancialmente, das utilizadas pela legislação fiscal vigente. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao seu valor contábil. **2.8. Investimentos:** Os investimentos representam em sua totalidade ações detidas na Seguradora Líder S.A. (DPVAT). **2.9. Contratos de arrendamento:** O CPC 06 (R2), estabeleceu que a celebração de um contrato, a Seguradora deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Esta norma entrou em vigor para as empresas reguladas pela SUSEP, a partir de 04/01/2022, conforme orientações dispostas na Circular nº 615 de 22/09/2021 da SUSEP, e não houve impactos para as Demonstrações Financeiras. **2.10. Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos seus contratos emitidos como contratos de seguros, uma vez que estes transferem risco significativo de seguro. A Seguradora define como regra geral risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Os contratos de resseguros também são classificáveis segundo os princípios de transferência de risco de seguro conforme CPC11 - Contratos de Seguro. **2.11. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros:** **2.11.1. Passivos de contratos de seguros:** A Seguradora adotou a isenção contida no CPC11 - Contratos de Seguro e utilizou as políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil que estão relacionadas adiante, utilizadas para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintend-

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27		31/12/2022		31/12/2021	
<p>reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", e leva em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Seguradora conforme segue: (a) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não caibam mais recursos. (b) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. (c) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. 2.15. Impostos sobre o lucro: A provisão para imposto de renda da pessoa jurídica foi constituída à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10%, sobre o lucro tributável que excede R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável antes dos impostos. No período entre julho de 2022 até dezembro de 2022 a alíquota de CSLL foi majorada em 1%, atualizada portanto para 16%. A partir de 1º de janeiro de 2023 voltará para 15%, alíquota utilizada para constituição de impostos diferidos. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. 2.16. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui o seguinte: Os prêmios de seguros e resseguros e as correspondentes receitas e despesas de comercialização, são contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa. Nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades repassadas aos resseguradores e às outras companhias. As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e dos resseguradores. 2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio limita-se à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável e ao que for maior entre: (i) 50% do lucro líquido da Seguradora (depois da dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao imposto de renda); e (ii) 50% dos lucros acumulados da Seguradora e das reservas de lucros. 3. Estimativas e julgamentos contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas estimativas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos. Para estas estimativas a administração utiliza experiências de eventos passados e/ou correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. (a) Cálculo de impairment de ativos: A administração avalia anualmente seus ativos para a verificação da necessidade de registro de impairment quando existem evidências claras de que o ativo pode não ser recuperável conforme o CPC01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. (b) Avaliação de contingências fiscais, civis e trabalhistas: A Seguradora possui processos judiciais, civis e fiscais na data de preparação das demonstrações financeiras. As provisões para contingências passivas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos e o histórico de perdas, de acordo com o CPC25-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. (c) Avaliação de passivos de seguros: A Seguradora faz uso de fontes internas e externas de informação disponíveis sobre experiência passada, além de indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e, dos aturados da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros de contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Mesmo considerando todos indicadores disponíveis e experiência passada, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados. (d) Valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos quando relevante é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.</p>					
<p>A Seguradora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço. 4. Gestão de riscos originados de instrumentos financeiros e contratos de seguros: 4.1. Gestão de risco de seguro: As operações da Seguradora estão voltadas para a modalidade de Riscos de Pessoas que compreendem: seguro de vida, seguro funeral, seguro de acidentes pessoais, seguro educacional, seguro viagem, seguro prestamista, seguro de diária por internação hospitalar, seguro desemprego (perda de renda), seguro de diária de incapacidade temporária, seguro de perda de certificado de habilitação de voo, DPVAT (seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não), habitacional (coberturas dos Riscos de Morte e Invalidez Permanente). Nossa premissa básica é o atendimento das necessidades dos clientes, customizando a adequação dos riscos oferecidos com lucratividade, priorizando o nosso compromisso com a responsabilidade social, no sentido de atingirmos segmentos que não possuem acesso a seguros, que não estejam com suas necessidades atendidas ou que possuam produtos inadequados ao seu perfil. Focamos também em nichos com o intuito de sermos especialistas através da elaboração de apólices específicas para cada perfil de cliente "Taylor-made". Os seguros disponibilizados podem ser contratados nas seguintes formas: Individual - quando os segurados preenchem propostas com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que expressa a intenção de contratar uma cobertura (ou coberturas), manifestando pleno conhecimento das condições contratuais. Coletiva - quando os segurados aderem a uma apólice contratada pelo estipulante, que podem ser produtos padronizados ou a produtos específicos, onde as apólices são customizadas de acordo com a necessidade e pedido dos clientes. Os seguros são angariados por corretores legalmente habilitados. A Administração acredita que o limite de retenção atual é consistente com as práticas de subscrição e não afetam a capacidade da Seguradora em conduzir seus negócios, os quais se orientam na busca de crescimento contínuo. Em agosto de 2013 foi concedido a Seguradora, por meio da Portaria Susep nº 5.465, direito a operar seguros de danos. O cálculo do excedente de responsabilidade compreende a diferença entre o limite de retenção praticado pela Seguradora e o limite de resseguro automático. 4.2. Covid: No ano de 2022, a Companhia atendeu os protocolos recomendados pelos órgãos públicos e no tocante as indenizações pagas apresentou queda de 90% em relação a 2021, acompanhando o comportamento do país, na ocorrência de novos casos fatais.</p>					
<p>carteira por classe e por categoria contábil em 31/12/2022: A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros de propriedades da Seguradora distribuídos por rating de crédito conforme agência de risco Standard & Poor's.</p>					
		31/12/2022		31/12/2021	
		Rating	Valor de mercado	Rating	Valor de mercado
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado			110.148		110.148
Ativos prefixados					
Privado					
Quotas de fundo de investimento		Sem rating	71.721		11.793
Letras financeiras subordinadas		BB-	6.075		5.183
Ativos pós-fixados					
Públicos					
Letras financeiras do tesouro		BB-	69.155		93.339
Renda variável					
Ações - IRB		AA+	109		510
Exposição máxima ao risco de crédito			147.060		110.148
7. Créditos e débitos das Operações com Seguros e Resseguros:					
7.1. Prêmios a receber de segurados					
		31/12/2022		31/12/2021	
		Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável
Patrimonial					
Pessoas individual		3	12.845	11	12.834
Responsabilidades		1	2.555	100	2.455
Pessoas Coletivo		4	936	3	933
Habitacional		1	14.395	428	13.967
Transportes		1	145	5	140
Riscos Financeiros		7	30.166	356	29.810
Petróleo		3	24.054	519	23.535
		1	-	-	89.633
			85.096	1.422	83.674
Circulante			72.764		82.222
Não circulante			10.910		55.313
Composição quanto aos prazos de vencimento:					
		31/12/2022		31/12/2021	
		A vencer (*)	76.333	132.936	
		Vencidos até 31 dias (*)	4.482	1.910	
		Vencidos de 31 a 60 dias	2.105	1.853	
		Vencidos de 61 a 90 dias	666	930	
		Vencidos de 91 a 120 dias	145	81	
		Vencidos há mais de 120 dias	1.365	873	
			85.096	138.583	
		Redução ao valor recuperável	(1.422)	(1.048)	
		A vencer	(88)	(80)	
		Vencidos até 31 dias (*)	(99)	(58)	
		Vencidos de 31 a 60 dias	(102)	(128)	
		Vencidos de 61 a 90 dias	(45)	(140)	
		Vencidos de 91 a 120 dias	(26)	(19)	
		Vencidos há mais de 120 dias	(1.062)	(623)	
			83.674	137.535	
7.1.2 Movimentação dos prêmios a receber:					
		31/12/2022		31/12/2021	
		Prêmios pendente no início do exercício	137.535	44.660	
		Prêmios emitidos	483.952	344.336	
		Riscos vigentes e não emitidos	9.302	(275)	
		IOF	8.530	(718)	
		Cancelamentos	(89.228)	(15.554)	
		Recebimentos	(459.102)	(235.000)	
		Redução ao valor recuperável	(374)	1.104	
		Varição cambial	(6.942)	(1.017)	
			83.674	137.535	
(*) Em 31/12/2022 e 31/12/2021 o saldo de RVNE foi alocado na faixa de a vencer para melhor apresentação, correspondente a R\$ 21.518 e R\$12.216, respectivamente.					
7.2 Operações com Seguradoras:					
		31/12/2022		31/12/2021	
		Prêmio de cosseguro aceito	9	650	
		Recuperação de sinistros cosseguro cedido	836	1.061	
		Outros créditos	845	1.840	
7.3. Operações com resseguradoras:					
		31/12/2022		31/12/2021	
		Sinistros a recuperar	17.326	15.025	
		Redução ao valor recuperável	(5.278)	(2.366)	
			12.048	12.659	
8. Outros créditos operacionais:					
		31/12/2022		31/12/2021	
		Consórcio - DPVAT	1	1	
		Outros créditos	191	187	
			192	188	
9. Ativos de resseguros - provisões técnicas					
		31/12/2022		31/12/2021	
		PPNG - resseguro	162.141	132.968	
		Prêmio de Resseguro - RVNE	1.197	618	
		Sinistros pendentes de pagamento	18.461	9.932	
		Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	5.214	3.964	
		Provisão despesas relacionadas - Resseguro	218	155	
			187.231	147.637	
		Circulante	102.576	66.437	
		Não circulante	84.655	81.200	
10. Títulos e créditos a receber: 10.1. Impostos e contribuições: 10.1.1. Créditos tributários e previdenciários:					
		31/12/2022		31/12/2021	
		Circulante	1.181	30	
		Imposto de renda a compensar (*)	-	750	
		Imposto de renda Prejuízos Fiscais	516	12	
		Contribuição social a compensar(*)	-	450	
		Contribuição social Prejuízos Fiscais	123	60	
		Cofins a compensar(*)	26	9	
		Imposto de Renda	-	296	
		Contribuição Social	-	182	
			1.846	1.789	
Não circulante					
		31/12/2022		31/12/2021	
		Impostos de renda diferido - ajustes temporários (**)	1.958	1.194	
		Contribuição social diferida - ajustes temporários (**)	1.175	716	
			3.133	1.910	
(*) Os saldos em 31.12.2022 e 31.12.2021 referem-se, principalmente a tributos retidos na fonte não deduzidos, mas de compensação imediata. (**) Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos (IRPJ e CSLL) sobre suas respectivas bases, formadas principalmente por reduções ao valor recuperável de créditos das operações e provisões passivas. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, e estão suportadas por estudo de capacidade de realização. 10.1.2. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:					
		31/12/2022		31/12/2021	
		I.R.	C.S.	I.R.	C.S.
		10.093	10.093	(1.567)	(1.567)
		(2.777)	(2.777)	(2.037)	(2.037)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após participações					
		7.316	7.316	(3.604)	(3.604)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após participações e JCP					
		25	16	25	15
		Alíquota vigente - %	1.829	1.171	(901)
		IRPJ/CSLL pela alíquota fiscal	818	484	454
		Adições e Excluídas Permanentes	3.057	3.057	150
		Adições e Excluídas Temporárias	(3.000)	(3.000)	-
		Compensação de Prejuízos Fiscais	8.191	8.191	(3.000)
		Lucro (prejuízo fiscal) do exercício	2.725	1.761	(750)
		IR e CS correntes	(764)	(459)	(37)
		IR e CS diferidos	1.960	1.302	(787)
		Total IR e CS do exercício	27	18	22
		Alíquota efetiva - %			
11. Outros créditos:					
		31/12/2022		31/12/2021	
		Circulante	43	401	
		Adiantamentos a funcionários	1.006	-	
		Outros créditos	1.049	401	
Não circulante					
		31/12/2022		31/12/2021	
		Outros créditos a receber - conta Gráfica	22	54	
			22	54	



American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27											
12. Custo de aquisição diferidos: A classificação e movimentação dos custos de aquisições diferidos é apresentada da seguinte forma em 31/12/2022:											
	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022							
Patrimonial	4	62	(44)	22							
Transportes	1.491	24.628	(23.975)	2.144							
Pessoas coletivo	43.799	731.035	(718.667)	56.167							
Pessoas individual	106	607	(657)	56							
Riscos financeiros	22.079	307.535	(308.332)	21.282							
Responsabilidades	-	3.959	(3.395)	564							
	67.479	1.067.826	(1.055.070)	80.235							
Circulante	22.212	-	-	23.828							
Não circulante	45.267	-	-	56.407							
	31/12/2020	Constituição	Reversão	31/12/2021							
Patrimonial	3	39	(38)	4							
Transportes	1.499	23.838	(23.846)	1.491							
Pessoas coletivo	44.551	660.255	(661.007)	43.799							
Pessoas individual	17	544	(455)	106							
Riscos financeiros	23.477	353.814	(355.212)	22.079							
	69.547	1.038.490	(1.040.558)	67.479							
O custo de aquisição diferido referente as despesas diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial e, registrado em decorrência da emissão da apólice e/ou endosso, é diferido de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco.											
Grupo	Prazo Médio de vigência										
Patrimonial	12										
Pessoas coletivo	69										
Pessoas individual	3										
Petróleo	47										
Responsabilidades	51										
Riscos financeiros	54										
Transportes	12										
13. Investimentos: As contas de investimentos apresentaram o seguinte saldo:											
	31/12/2022	31/12/2021									
Participação Seguradora Líder (DPVAT)	227	227									
	227	227									
A movimentação no período refere-se ao ajuste da participação da Seguradora Líder.											
14. Imobilizado: As contas do ativo imobilizado apresentaram as seguintes movimentações:											
	Saldo residual em 31/12/2021	Aquisições	Despesa de depreciação	Valor líquido em 31/12/2022	Taxas anuais de depreciação						
Bens de uso próprio											
Terrenos	186	-	-	186	-						
Edificações	390	-	(35)	355	4						
Bens móveis											
Informática	66	4	(35)	35	20						
Móveis, máquinas e utensílios	88	4	(16)	76	10						
Veículos	86	-	(47)	39	20						
	816	8	(133)	691							
Bens de uso próprio											
Terrenos	186	-	-	186	-						
Edificações	426	-	(30)	390	4						
Bens móveis											
Informática	102	14	(50)	66	20						
Móveis, máquinas e utensílios	101	5	(18)	88	10						
Veículos	140	-	(54)	86	20						
	955	19	(157)	816							
15. Contas a pagar: 15.1. Obrigações a pagar:											
	31/12/2022	31/12/2021									
Fornecedores	1.608	47									
Participação nos lucros e dividendos	755	2									
Gratificação	32	15									
	2.395	64									
15.2. Impostos e encargos sociais a recolher:											
	31/12/2022	31/12/2021									
IOF sobre prêmios de seguros	1.028	704									
INSS	285	254									
IRRF	402	323									
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	63	44									
Imposto sobre serviço	26	29									
Outros	85	(2)									
	1.889	1.352									
15.3. Encargos trabalhistas:											
	31/12/2022	31/12/2021									
Férias a pagar	730	651									
Encargos sociais a recolher	246	219									
	976	870									
15.4. Impostos e contribuições:											
	31/12/2022	31/12/2021									
Passivo circulante - impostos e contribuições											
IR e CS	1.116	-									
COFINS	344	311									
PIS	55	50									
	1.515	361									
Passivo não circulante - tributos diferidos											
IR e CSLL S/ Res. de Reavaliação	142	156									
	142	156									
16. Débitos com operação de resseguro:											
	31/12/2022	31/12/2021									
Prêmios líquidos de comissão	Local	Eventual	Admitida	Total							
	46.518	9.882	15.762	72.162							
	46.518	9.882	15.762	72.162							
Prêmios líquidos de comissão	Local	Eventual	Admitida	Total							
	55.033	9.222	63.636	127.891							
	55.033	9.222	63.636	127.891							
17. Corretores de seguros e resseguros:											
	31/12/2022	31/12/2021									
Circulante											
Comissões a pagar	6.718	3.207									
Comissões sobre prêmios emitidos	9.641	7.296									
	16.359	10.503									
Não Circulante											
Comissões sobre prêmios emitidos	3.452	3.110									
	3.452	3.110									
18. Depósitos terceiros:											
	31/12/2022	31/12/2021									
Prêmios e emolumentos	1.442	1.450									
	1.442	1.450									
Aging de Depósitos de Terceiros:	31/12/2022	31/12/2021									
De 01 a 30 dias	922	794									
De 31 a 60 dias	1	166									
De 61 a 120 dias	195	170									
De 121 a 180 dias	98	192									
Mais de 180 dias	226	128									
	1.442	1.450									
19. Provisões técnicas de seguros:											
	31/12/2022	31/12/2021									
Prêmios não ganhos	Local	Sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de Exce- dentes Técnicos - PET	PDR- -Prov. Desp. Relacio- nadas	Total						
	16.905	112	62	13	17.092						
Patrimonial	1.550	1.292	539	66	3.447						
Responsabilidades	27.231	21.644	2.445	390	51.710						
Transportes	68.167	6	6	-	68.179						
Pessoas coletivo	90.063	13.233	13.991	2.448	119.735						
Pessoas individual	11	11.017	3.390	3.669	18.738						
Habitacional	2.092	3.211	830	265	6.398						
Petróleo	94.122	-	-	-	94.122						
	300.141	50.515	21.263	3.669	3.834	379.421	295.899				
Circulante											
	212.307	-	-	-	212.307						
Não circulante											
	167.114	-	-	-	167.114						
Movimentação											
	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022							
Prêmios não ganhos	243.298	3.831.068	(3.774.225)	300.141							
Sinistros a liquidar	32.179	223.453	(205.116)	50.516							
Sinistros ocorridos mas não avisados	17.202	102.155	(98.096)	21.261							
Provisão de Excedentes Técnicos - PET	-	3.669	-	3.669							
PDR- Prov. Desp. Relacionadas	3.220	10.665	(10.051)	3.834							
	295.899	4.171.010	(4.087.488)	379.421							
A cobertura das provisões técnicas é demonstrada da seguinte forma em:											
	31/12/2022	31/12/2021									
Provisões técnicas líquidas de resseguro	235.532	255.598									
(-) Comissões diferida	(59.999)	(52.801)									
(-) Direito Creditório	(56.248)	(111.277)									
Total a ser coberto	119.285	91.519									
Aplicações em títulos e valores mobiliários	145.783	108.573									
Suficiência	26.498	17.054									
19.1. Desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente. O objetivo desta tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.											
Desenvolvimento de sinistros brutos de resseguro:											
	Data de aviso	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	31/12/2022		
Ajuste da IBNR	105	1.428	1.537	1.537	2.565	3.574	3.574	9.343			
PSL Jud	2.193	2.218	2.246	3.769	4.829	7.506	13.129	14.008			
PSL Adm	3.196	5.158	8.923	15.232	17.597	19.102	18.992	18.992			
Provisão de Sinistro	5.493	8.804	12.705	20.537	24.991	30.183	32.135	50.470			
Pagamentos acumulados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	<				

American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27			
31/12/2022		31/12/2021	
Provisão de prêmios não ganhos	(50.085)	(79.283)	
Riscos vigentes e não emitidos	(12.967)	324	
	(63.053)	(78.959)	
25. Custo de aquisição:			
31/12/2022		31/12/2021	
Comissão sobre prêmio emitido	(105.227)	(76.972)	
Agenciamento	(1.280)	(1.358)	
Recuperações	(115)	(1.335)	
Variação das despesas de comercialização	12.756	(2.068)	
	(93.865)	(81.733)	
26. Outras receitas e despesas operacionais:			
26.1. Outras receitas:			
31/12/2022		31/12/2021	
Receitas operacionais de seguros	3.157	3.367	
Consórcio DPVAT	-	23	
	3.157	3.390	
26.2. Outras despesas:			
31/12/2022		31/12/2021	
Despesas com cobrança	(502)	(125)	
Despesas com administração de apólice contratada	(4.957)	(2.020)	
Redução ao valor recuperável	(3.149)	(398)	
Outras despesas com operações de seguros e resseguros	(1.287)	(2.124)	
	(9.895)	(4.667)	
Total	(6.738)	(1.277)	
27. Resultado com resseguro:			
27.1. Receitas com resseguro:			
31/12/2022		31/12/2021	
Receitas com resseguro	29.180	27.291	
Despesa com sinistro	1.296	1.016	
IBNR Resseguro	1.241	312	
	31.718	28.619	
27.2. Despesa com resseguro:			
31/12/2022		31/12/2021	
Prêmio de resseguro	(141.215)	(133.946)	
Variação das despesas de resseguro	32.238	79.703	
	(108.977)	(54.243)	
Total	(77.259)	(25.624)	
30. Resultado financeiro: 30.1. Receita financeira:			
31/12/2022		31/12/2021	
Títulos de renda fixa	16.291	5.009	
Títulos de renda variável	91	220	
Com operações de seguros - Oscilação cambial	(4.454)	-	
Outras	128	57	
	11.956	5.286	
30.2 Despesa financeira:			
31/12/2022		31/12/2021	
Com operações de seguros - Oscilação cambial	4.358	154	
Impostos de transações financeiras	31	26	
Outros	(266)	(230)	
Títulos de renda variável	(683)	(681)	
	3.440	(730)	
Total	15.396	4.556	
31. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Normas e interpretações revisadas já emitidas, mas que não foram referendadas pela SUSEP até 31/12/2022, e por isto não estão sendo adotadas de forma antecipada pela Seguradora. • CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Esta norma entrou em vigor, em 01/01/2019, em conformidade com a Resolução nº NBC TG 48, de 22/12/2016, do Conselho Federal de Contabilidade. A Circular SUSEP nº 678 de 10/10/2022, a partir de 02/01/2023 irá aprovar o artigo 2º e os demais artigos entrarão em vigência em 02/01/2024. • Resolução CNSP nº 448 - Altera a Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021. A Circular entra em vigor para o artigo 2º em 02/01/2023 e demais artigos em 02/01/2024. • CPC 50 - Contratos de Seguros - Com previsão de entrada em vigor a partir de 01/01/2023, conforme o International Accounting Standard Board - IASB. O CPC 50 ainda não foi referendado pela SUSEP. • ICP 22 Incerteza sobre tratamentos de impostos sobre o lucro - Entrou em vigor a partir de 01/01/2019, mas ainda não foi referendado pela SUSEP. 32. Eventos Subsequentes: Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações Financeiras.			
Diretoria			
Pedro Pereira de Freitas – Diretor Presidente		Paulo de Oliveira Medeiros – Diretor	
Francisco de Assis Fernandes – Diretor		Vicente de Paula Alves da Cunha - Diretor	
Contadora			
Michelli Sousa e Freitas – CRC ISP 335 755/O – 2			
Atuário			
Marcos Falcão – MIBA 893			
Parecer dos Auditores Atuariais Independentes			
<p>Aos Administradores e Acionistas da American Life Companhia de Seguros. Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da American Life Companhia de Seguros - "Seguradora", em 31/12/2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.</p> <p>Responsabilidade da Administração: A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Responsabilidade da Auditoria Independente: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da American Life Companhia de Seguros são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da American Life Companhia de Seguros em 31/12/2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas aplicáveis, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma percentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para</p>			
<p>o execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 28 de fevereiro de 2023</p> <p style="text-align: right;">Deloitte Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8</p> <p style="text-align: right;">Dario Ramos da Cunha Contador CRC nº 1 SP 214144/O-1</p>			
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras			
<p>A Diretoria e Acionistas da American Life Companhia de Seguros Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da American Life Companhia de Seguros ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da American Life Companhia de Seguros em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando e divulgando, quando</p>			

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/03/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS



Companhia Iniciadora Predial

CNPJ/MF nº 60.583.507/0001-47

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)											
Balancos Patrimoniais						Demonstrações dos Fluxos de Caixa					
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo	Notas	2022	2021	Das atividades operacionais	2022	2021	
Circulante				Circulante				Resultado antes das provisões tributárias	302	(1.018)	
Caixa e equivalentes de caixa	3	267	270	Obrigações trabalhistas	8	105	112	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Aplicações financeiras	4	1.051	369	Obrigações tributárias	9	193	165	Depreciação	43	214	
Créditos diversos	5	549	561	Contas a pagar	10	472	350	Ajustes das disponibilidades geradas	345	(804)	
Total do ativo circulante		1.867	1.200	Total do passivo circulante		770	628	Decréscimo/(acréscimo) em ativos			
Não circulante				Patrimônio líquido	11			Créditos diversos	12	97	
Propriedade para investimento	6	8.775	8.775	Capital social	-	4.135	4.135	Tributos a recuperar	4	(4)	
Devedores diversos	7	3.472	4.152	Reserva legal	-	827	827	Depósitos judiciais	(12)	-	
Depósitos judiciais	-	300	288	Lucros acumulados	-	8.714	8.982	Devedores diversos	680	(260)	
Tributos a recuperar	-	-	4	Total do patrimônio líquido		13.676	13.944	(Decréscimo)/acréscimo em passivos			
Imobilizado líquido	-	110	153	AFAC	-	78	-	Obrigações trabalhistas	(7)	(18)	
Total do ativo não circulante		12.657	13.372	Total do passivo e do patrimônio líquido e AFAC		14.524	14.572	Obrigações tributárias	(122)	(207)	
Total do ativo		14.524	14.572					Contas a pagar	122	(80)	
<i>As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.</i>											
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstrações do Resultado				Variáveis nos ativos e passivos circulantes e não circulantes			
		Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Notas	2022	2021	IRPJ e CSLL, pagos	2022	2021
Saldo em 31/12/2020	4.135	827	10.589	15.551	12	5.179	5.192	Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades operacionais	676	(472)	
Prejuízo do exercício	-	-	(1.606)	(1.606)	(=) Receita operacional líquida (+/-) Despesas e receitas operacionais	13	(4.421)	(5.159)	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	601	(1.744)
Saldo em 31/12/2021	4.135	827	8.982	13.944	Despesas gerais e administrativas	-	(490)	(446)	Adiantamento para futuro aumento de capital	78	-
Prejuízo do exercício	-	-	(268)	(268)	Despesas tributárias e não dedutíveis	-	-	(603)	Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades de financiamento	78	-
Saldo em 31/12/2022	4.135	827	8.714	13.676	Outras receitas e despesas operacionais	-	(4.911)	(6.207)	Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	679	(1.744)
<i>As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.</i>											
Demonstrações do Resultado Abrangente				Demonstrações do Resultado Abrangente				Demonstrações do Resultado Abrangente			
		2022	2021			2022	2021			2022	2021
Prejuízo do exercício		(268)	(1.606)	Prejuízo do exercício		(268)	(1.606)	Outros resultados abrangentes			
Resultado abrangente do exercício		(268)	(1.606)	Resultado abrangente do exercício		(268)	(1.606)	Resultado abrangente do exercício			
<i>As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.</i>											
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras											
1. Contexto operacional: A Companhia Iniciadora Predial ("Cia Iniciadora" ou "Companhia") atualmente tem o propósito de promover a locação e administração de seus próprios bens, compra, venda e incorporação de imóveis, participação em empreendimentos imobiliários de construção ou desenvolvimento urbano, participação em outras sociedades, entre outros. A sede da Companhia está localizada na Alameda Santos nº 960, 19º andar, Cj 1.904, Cerqueira César, São Paulo, SP. Aprovação das demonstrações financeiras: A Administração aprovou a emissão dessas demonstrações financeiras em 10/02/2023. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Base de apresentação: As demonstrações financeiras da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária e as orientações e interpretações técnicas emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$) moeda de apresentação que também é a moeda funcional da Companhia. 2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras: 2.2.1. Reconhecimento da receita líquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor da contraprestação recebida ou a receber excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos a seguir para determinar se estão atuando como agente ou principal e, ao final concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos a seguir devem também ser satisfatórios antes de haver reconhecimento de receita: Receita de aluguel: As receitas de aluguéis são resultantes dos arrendamentos mercantis operacionais do imóvel comercial e são reconhecidos de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil. 2.2.2. Estimativas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado de empreendimentos e de instrumentos financeiros. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. 2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria: "avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)". A abertura destas aplicações por tipo está apresentada na Nota Explicativa nº 3. 2.2.4. Propriedade para investimento: Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo incluindo custos da transação. As propriedades para investimento são representadas por terreno e edifício mantido para auferir rendimento de aluguel, valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. 2.2.5. Obrigações trabalhistas e tributárias: Representam os valores a pagar a funcionários decorrentes de benefícios, provisões de férias já incorridas, os encargos incidentes sobre estas provisões e tributos retidos de prestadores de serviços entre outros. 2.2.6. Fornecedores e contas a pagar: Os fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Elas são reconhecidas a valor justo e subsequentemente mensuradas											
7. Devedores diversos: 2022 2021 Devedores diversos 3.472 4.152											
8. Obrigações trabalhistas: 2022 2021 INSS 20 25 FGTS 7 8 Provisão de Férias 78 79 105 112											
9. Obrigações tributárias: 2022 2021 COFINS a pagar 18 11 IRRF a pagar 10 20 PIS, COFINS, CSLL retido s/ PJ 4 9 CSLL - Contrib. social s/ lucro líquido 41 35 IRPJ - IRPJ PJ e adicional 109 85 Outros 11 5 193 165											
10. Contas a pagar: a. Passivo circulante: 2022 2021 Contas a pagar diversos 291 169 Outras contas 151 151 Dividendos a pagar 30 30 472 350											
11. Patrimônio líquido: 11.1. Capital social: O capital social integralizado em 31/12/2022 é de R\$ 4.135 representados por 4.134.773 ações ordinárias, todas nominativas, com valor nominal de R\$ 1 (um Real) cada uma. 11.2. Reserva legal: Constituída com base no percentual de 5% calculado sobre o lucro líquido do exercício deduzidos os prejuízos acumulados conforme determinam a Legislação Societária Brasileira não podendo ultrapassar o limite de 20% do capital social.											
12. Receita de locação de imóveis: 2022 2021 Receita de locação de imóveis 5.375 5.391 PIS (35) (36) COFINS (161) (163) 5.179 5.192											
13. Despesas gerais e administrativas: 2022 2021 Despesas com serviços de terceiros (878) (1.154) Despesas com condomínio (1.342) (1.466) Despesa com pessoal, encargos e contribuições sociais (1.241) (1.647) Donativos e contribuições (181) (113) Despesas patrimoniais (43) (213) Despesas com informática (204) - Outras despesas administrativas (532) (566) (4.421) (5.159)											
14. Provisão para IRPJ e CSLL: 2022 2021 Recebimentos de aluguel (32%) 1.720 1.726 Rec. financ. e outras receitas (sem presunção) 38 64 Resultado tributável 1.758 1.790 CSLL sobre o lucro tributável (9%) (157) (162) IRPJ sobre o lucro tributável (25%) (413) (426) (571) (589)											
15. Instrumentos financeiros: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração destes riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas e as vigentes no mercado. A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Os instrumentos financeiros estão registrados em contas patrimoniais e são representados por aplicações financeiras, contas a receber e empréstimos e financiamentos cujos valores estimados de mercado são substancialmente similares aos seus respectivos valores contábeis. Em 31/12/2022 Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.											
André Kissajikian - Diretor Presidente Dayane Rodrigues de Oliveira - Contadora - ISP302733/O-0											

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

MSJM - Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ nº 07.848.846/0001-25

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. As Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021.

A Diretoria.

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais encerrado em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)		
Balanco Patrimonial		
Ativo	2022	2021
Ativo Circulante	6.770.267,31	6.601.832,30
Disponibilidades	3.605,92	1.555,88
Títulos de Renda		
Fixa	2.140.998,06	1.974.613,09
Créditos à Receber	537.000,00	537.000,00
Devedores Diversos	4.088.663,33	4.088.663,33
Ativo Não Circulante	951.521,34	951.521,34
Imóveis	951.521,34	951.521,34
Total do Ativo	7.721.788,65	7.553.353,64
Passivo e Patrimônio Líquido		
Passivo Circulante	31.12.2019	31.12.2019
Passivo Circulante	5.000,00	5.727,34
Contas à Pagar	5.000,00	5.500,00
Provisão para CSLL sobre Lucro	-	227,34
Patrimônio Líquido	7.716.788,65	7.547.626,30
Capital Social	8.600.000,00	8.600.000,00
Reserva Legal	86.790,13	86.790,13
Prejuízos Acumulados	(970.001,48)	(1.139.163,83)
Total do Passivo	7.721.788,65	7.553.353,64

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Capital Social	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Totais
Saldo em 2020	8.600.000,00	86.790,13	(1.197.081,91)	7.489.708,22
Lucro Líquido do Exercício	-	-	57.918,08	57.918,08
Saldo em 2021	8.600.000,00	86.790,13	(1.139.163,83)	7.547.626,30
Lucro Líquido do Exercício	-	-	169.162,35	169.162,35
Saldo em 2022	8.600.000,00	86.790,13	(970.001,48)	7.716.788,65

Demonstração do Resultado		Demonstração do Fluxo de Caixa	
	2022	2021	
1 - Despesas e Receitas Operacionais	211.215,79	58.524,31	Atividades Operacionais
Outras Despesas Administrativas (52.678,66) (17.046,55)			Resultado antes dos impostos
Outras Despesas (2.005,82) (3.533,26)			211.215,79
Receitas Financeiras 265.900,27	79.104,12		Acréscimo e Decréscimo de Passivos
2 - Resultado Antes da CSLL e do IRPJ	211.215,79	58.524,31	Contas a Pagar (500,00)
(-) Provisão para CSLL sobre Lucro (13.028,19) (227,34)			IRPJ e CSLL, pagos (42.280,78)
(-) Provisão para IRPJ (29.025,25) (378,89)			Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa
3 - Resultado Após a CSLL e o IRPJ	169.162,35	57.918,08	168.435,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. **Contexto operacional:** A MSJM Empreendimentos e Participações S.A. ("MSJM" ou "Companhia") atualmente tem o propósito de promover a locação de seus próprios bens imóveis, compra e venda de imóveis, incorporação imobiliária, parcelamento de solo e desenvolvimento urbano, podendo ainda participar em outras sociedades ou empreendimentos, como acionista ou sócio quotista, entre outros. A sede da Companhia está localizada na Avenida Paulista nº 807, 10º andar, Cj 1.004, Cerqueira César, São Paulo, SP.

2. **Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas:** 2.1. **Base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$) moeda de apresentação que também é a moeda funcional da Companhia.

2.2. **Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis:** 2.2.1 **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria: "avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)".

3. **Principais Práticas Contábeis:** As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. 4. **Patrimônio líquido:** 4.1. **Capital social:** O Capital Social é de R\$ 8.600.000,00 sendo representado por 8.600.000 (Oito Milhões e Seis Mil, ações, ordinárias, nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma.

Diretoria
Vanda Kissajikian Mordjikian
Diretora Presidente
Dayane Rodrigues de Oliveira
Contadora: CRC 1SP302733/O-0

Companhia Brasileira de Cartuchos
CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 2023

Data, Hora e Local: 16 de fevereiro de 2023, às 08:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bocaína, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo. **Presença:** Presentes os Acionistas representando mais de 2/3 do capital social votante, conforme assinaturas constantes da Lista de Presença de Acionistas arquivada em livro próprio na sede da Companhia e constante na presente Ata como Anexo I. **Convocação:** Edital de Convocação publicado no jornal "Data Mercantil", nas versões impressa e eletrônica, nos dias 08, 09 e 10 de fevereiro de 2023. **Mesa:** Presidente: Fabio Luiz Munhoz Mazzaro; Secretário: Sandro Moraes Nogueira. **Ordem do Dia:** i) deliberação acerca de proposta de operação de derivativos junto ao Banco BTG Pactual, no valor de até € 28.300.000,00 (vinte e oito milhões e trezentos mil euros). **Deliberações:** Os acionistas deliberaram e ratificaram, por unanimidade, em observância às regras de votação previstas no Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, aprovar: (i) a contratação de derivativos no valor de até € 28.300.000,00 (vinte e oito milhões e trezentos mil euros), junto ao Banco BTG Pactual, nos termos da Confirmação de Operação de NDF-NDFO10115-120123, firmada com a mencionada instituição, cuja cópia fiel foi apresentada e lida por todos os presentes, os quais não apresentaram nenhuma objeção quanto à sua forma e suas disposições. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente da Mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente: Fabio Luiz Munhoz Mazzaro; Secretário: Sandro Moraes Nogueira. Acionistas: CBC Global Ammunition LLC; Bernardo Simões Birmani, representado por Mariele Aparecida Nonis Munhoz. "A presente ata é cópia fiel da mantida na sede da Companhia." Ribeirão Pires, 16 de fevereiro de 2023. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** - Presidente da Mesa; **Sandro Moraes Nogueira** - Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 86.899/23-5 em 27/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.
CNPJ/ME nº 13.743.550/0001-42 - NIRE 35.300.457.323

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2022

1. **Data, Hora e Local:** Realizada em 30 de abril de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Av. João Batista Nunes nº 50, Sala 02, Quadra G1 B1, Parte A, Gleba 1B, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13288-162. 2. **Convocação e Presença:** As formalidades de convocação foram dispensadas em razão de estar presente a única acionista da Companhia, nos termos do Artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), mediante a assinatura no Livro de Presença dos Acionistas da Companhia. 3. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. André Neris de Souza e secretariados pelo Sr. Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa. 4. **Ordem do Dia:** 1º) Deliberação e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício fiscal iniciado em 01 de janeiro de 2021 e encerrado em 31 de dezembro de 2021. 5. **Deliberações** (conforme ordem do dia): 1º) A acionista apreciou e aprovou, sem quaisquer ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício fiscal iniciado em 01 de janeiro de 2021 e encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme constam do Anexo 1 à presente Ata. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Mesa:** André Neris de Souza, Presidente; e Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa, Secretário. **Acionista Presente:** Ascenty Holding Brasil S.A., neste ato representada por André Neris de Souza e Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa. (A presente é cópia fiel da ata a ser lavrada em livro próprio) Vinhedo/SP, 30 de abril de 2022. André Neris de Souza, Presidente; Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa, Secretário. Ascenty Holding Brasil S.A., André Neris de Souza, Diretor. Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa, Diretor. JUCESP nº 76.700/23-9 em 17/02/23. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/03/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

